

DIJKHOF, Eef C. (ed.) (2020). *Medieval documents as artefacts: Interdisciplinary perspectives on codicology, palaeography and diplomatics*. Hilversum: Verloren, 432 pp., ISBN: 9789087045685.

Reunindo um conjunto de vinte artigos que surgem no contexto do colóquio “Medieval Documents as Artefacts”, organizado pelo Grupo de Trabalho Belga e Holandês “Writing and Writing Practices in the Medieval Low Countries”, e que teve lugar em Maastricht, em 2014, este é um livro de leitura obrigatória para quem estuda ou se interessa pela produção de manuscritos e, por isso, pretende manter-se a par dos mais recentes avanços nas disciplinas da codicologia, da paleografia e da diplomática.

O interesse do livro começa, aliás, a revelar-se logo no prefácio. Aí Walter Prevenier, Professor Emérito de História Medieval da Universidade de Gent (Bélgica), relata os momentos decisivos do projeto de edição sistemática de toda a documentação original escrita em holandês, anterior a 1300, cujo início remete para o começo da década de 1950. Este projeto traduziu-se na edição do *Corpus van Middelnederlandse teksten tot en met het jaar 1300*, em sete volumes de documentação (com cerca de 2200 originais em holandês) e dois de índices (*Reeks I. Ambtelijke bescheiden*, Leiden, 1977), acrescidos de seis volumes de manuscritos literários (*Reeks II. Literaire handschriften*, Leiden, 1980-1987). Conta ainda como estes esforços acabariam por permitir a elaboração de um novo dicionário (*Vroegmiddelnederlands woordenboek*), o qual motivou uma série de contactos informais entre Gent e Leiden, a partir de 1976, que estiveram na génese do projeto “Writing and Writing Practices in the Medieval Low Countries”, de que o autor do prefácio é membro fundador, e do respetivo Grupo de Trabalho, iniciado em 1985.

Com este pano de fundo, Walter Prevenier reflete sobre o objetivo inicial deste projeto, que previa a elaboração de estudos de paleografia, diplomática e codicologia, e sobre os resultados atingidos e por atingir. Desta reflexão podemos colher alguns ensinamentos igualmente válidos para a realidade portuguesa: a importância da constituição de equipas de investigação, a abertura das equipas (ou do Grupo de Trabalho) a novos membros (que potenciem novas perspetivas, nomeadamente jovens investigadores), a continuidade do trabalho na longa duração, a necessidade de avaliar o trabalho realizado e a iniciativa para o retomar, apesar das dificuldades atuais (afastamento destas disciplinas dos currículos universitários, particularmente a codicologia, subfinanciamento das universidades e ausência de apoios financeiros significativos para o desenvolvimento de grandes projetos em Ciências Sociais).

Ficamos, então, a saber que o colóquio “Medieval Documents as Artefacts” e o presente livro nascem da percepção do referido Grupo de Trabalho de que este é o tempo certo para relançar os estudos nestas disciplinas. Walter Prevenier procura fazer passar ou reforçar uma segunda mensagem, resultante do apelo lançado pelo codicólogo J. P. Gumbert, no sentido de na investigação erudita se acabar com a separação entre documentos administrativos e livros (que, em Portugal, diplomatas e codicólogos designam, indistintamente, de *manuscritos*). Responde, assim, ao mesmo tempo, à questão por si colocada no subtítulo do prefácio: “Codicology and diplomatics; two worlds?”

A questão da separação das disciplinas, transversal à obra, e que o Grupo de Trabalho “Writing and Writing Practices...” pretende combater, é ainda revisitada no texto introdutório do editor Eef C. Dijkhof, que lamenta o afastamento existente entre o estudo dos códices (*manuscritos*), habitualmente conservados em bibliotecas, e o estudo dos documentos (*manuscritos*), tradicionalmente guardados em arquivos, como se codicólogos e diplomatas estudassem duas realidades diferentes¹. Como seria de esperar, Eef C. Dijkhof oferece-nos, igualmente, uma breve apresentação do livro.

Assim, a obra encontra-se organizada em cinco secções (ou áreas temáticas: “Codicologia e diplomática”, “Práticas dos escribas”, “Aspetos materiais da produção, da finalidade e da transmissão de documentos e códices manuscritos”, “Métodos de abordagem” e “Práticas arquivísticas: a formação das identidades eclesiástica, monástica e urbana”) e inclui estudos para uma extensa área geográfica, assinados por especialistas dos Países Baixos, de França, do Reino Unido, de Espanha, de Portugal, da Itália, da Dinamarca, da Suíça e da Alemanha, distribuídos por uma cronologia que privilegia a Baixa Idade Média e que se estende, pontualmente, à Época Moderna.

Na primeira, “Codicologia e diplomática”, incluíram-se os textos dos dois *keynote speakers*: J. P. Gumbert e Benoît-Michel Tock. Peter Gumbert, Professor Emérito de paleografia e codicologia da Universidade de Leiden (Países Baixos), entretanto falecido († 2016), sublinha, como se disse, as múltiplas similitudes

¹ Entre nós, registre-se que existe abundante documentação avulsa na Biblioteca Nacional de Portugal e que se conservam inúmeros códices manuscritos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Podemos, aliás, afirmar, a este propósito, que o conceito defendido na presente obra esteve subjacente à elaboração de dois projetos, financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, sobre os mosteiros de Alcobaça e Lorvão, em que, a propósito do estudo dos códices manuscritos das suas bibliotecas, foram (ou estão a ser) igualmente estudados os documentos conservados nos seus cartórios, através de equipas de investigação que integram investigadores com conhecimentos em codicologia, paleografia, diplomática e musicologia (*Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval: Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo* [ref^a PTDC/ART-HIS/29522/2017] e *Livros, rituais e espaço num mosteiro cisterciense feminino. Viver, ler e rezar em Lorvão nos séculos XIII a XVI* [ref^a PTDC/ART-HIS/0739/2020]). Na verdade, são fontes que se complementam e só a sua análise conjunta permitirá uma visão completa sobre a cultura escrita num espaço monástico.

e as mútuas influências existentes entre os documentos redigidos nos cartórios (monásticos) e os manuscritos produzidos em *scriptoria*, desde logo pelo facto de ambos, muitas vezes, poderem ter sido realizados pelos mesmos escribas. Benoît-Michel Tock, filólogo belga, Professor de História Medieval na Universidade de Estrasburgo (França) e Presidente da *Commission Internationale de Diplomatique*, centrou a sua análise nas várias etapas da execução de um documento.

Depois, de acordo com a ideia subjacente à obra, os trabalhos não foram organizados segundo estas disciplinas. Exemplo disso é a segunda secção, a maior da obra, que incide sobre as “Práticas dos escribas”, reunindo um interessante conjunto de sete textos em que se cruzam saberes da codicologia, da paleografia, da diplomática, da história e da história de arte. O primeiro, de Jos Biemans, Professor Emérito de paleografia e codicologia da Universidade de Amesterdão (Países Baixos), centra-se na comparação da produção de manuscritos literários vernaculares com o cartulário da abadia de Mariënweerd, nos Países Baixos, mostrando como a produção escrita num mosteiro não pode ser vista em função da tipologia documental e que não se pode separar o cartório monástico da biblioteca. Seguem-se-lhe textos de Jan W. J. Burgers, Professor Emérito da Universidade de Amesterdão (Países Baixos), sobre a regagem dos registos da chancelaria dos condes da Holanda, entre 1299 e 1345; de Anne-Maria J. van Egmond, sobre a produção e o uso dos livros de contas iluminados de Hague (1358-1425); de Bram Van Hofstraeten, sobre o advento do uso da humanística cursiva em fontes documentais nos Países Baixos (em detrimento da gótica cursiva), na Época Moderna; de Maria João Oliveira e Silva, sobre o estudo de vários exercícios de treino da escrita registados em documentos medievais portugueses, enquadrados, de forma mais lata, no processo de ensino e aprendizagem da escrita em Portugal, na Idade Média, tema do seu projeto de pós-doutoramento; de Aurélie Stuckens, sobre os primeiros tempos do uso do papel como suporte de escrita de documentos no condado da Flandres, nas últimas décadas do século XIII e nos inícios do século XIV; e de Megan K. Williams, que lembra que se deve analisar os documentos e não apenas a informação textual que aí se encontra escrita, usando, para tal, a documentação relativa à política externa da corte austríaca dos Habsburg, nos inícios do século XVI. Esta última autora, a este propósito, destaca, por exemplo, as anotações que foram sendo acrescentadas na correspondência diplomática e que fornecem dados preciosos sobre todo o processo, nomeadamente sobre as pessoas envolvidas, a sua circulação e a transmissão dos referidos documentos, e demonstra como podem ser úteis para enriquecer significativamente o conhecimento da diplomacia e da forma de fazer política externa nos inícios

da Idade Moderna, para além de refletir sobre se (ou como é que) o uso do papel terá contribuído para facilitar o crescimento exponencial da correspondência diplomática nos finais da Idade Média.

A terceira secção, composta por três textos, é dedicada à materialidade dos documentos e códices manuscritos, focando-se em aspetos relativos à sua produção, finalidade e transmissão. Começa com um estudo de Judith Keßler sobre a complexa e recíproca relação entre os leitores e os livros numa comunidade fechada. Perscrutando a rica biblioteca de Xanten (uma igreja colegiada, na Alemanha), que se mantém praticamente intacta, Judith Keßler centra a sua investigação nas marcas de pertença e nas anotações deixadas nos livros pelos seus leitores, procurando relacioná-las (especialmente as anotações marginais) com o *background* cultural desse(s) leitor(es), com o conteúdo do(s) livro(s) e com a(s) biblioteca(s) em que este(s) se integrava(m), para perceber os hábitos de leitura da comunidade e para traçar a história da sua biblioteca. A partir das informações que conseguiu reunir sobre a vida e o trabalho de dois cónegos (leitores), associados à referida biblioteca, pelas anotações escritas por eles e (por outros) sobre eles, demonstra as potencialidades desta metodologia. O segundo texto, de Jeffrey Love, constitui um estudo preliminar da coleção documental de Árni Magnússon (1663-1730), o mais famoso colecionador de manuscritos medievais da Escandinávia, que constitui uma das mais importantes fontes de conhecimento sobre o Direito na Europa do Norte, na Idade Média e nos inícios da Idade Moderna. A terminar, um estudo de Eulalia Ramos Rubert, belissimamente ilustrado, sobre as intervenções realizadas nas encadernações, na estrutura e nos fólios de quatro manuscritos iluminados da Coleção *De Ricci*, conservados na Biblioteca Pública de Nova Iorque, em consequência do seu desgaste, em que se analisa, ainda, a incorporação de novos elementos que foram integrados nos manuscritos, tornando-se, assim, uma importante parte da sua história.

A quarta secção inclui três textos sobre diferentes metodologias aplicáveis ao estudo de manuscritos. No primeiro, da autoria de Phillippe Bobichon e Cristina Ciucu, propõe-se uma nova metodologia para a descrição dos aspetos materiais e textuais de manuscritos, que, desde 2004, tem sido aplicada na descrição da coleção de manuscritos hebraicos (com cerca de 1500 volumes) da Biblioteca Nacional de França e de outras bibliotecas públicas francesas, e que pretende desafiar a compartimentação do conhecimento e as descrições baseadas apenas no ponto de vista de uma única especialidade (codicologia, paleografia ou diplomática). No segundo, Filipa Roldão analisa as fontes documentais do arquivo da Câmara da cidade de Évora, produzidas entre 1415 e 1536, explorando as suas características materiais e usando o conceito

da paisagem das fontes documentais, para clarificar a sua produção, o seu uso e a sua conservação. A fechar esta secção, Petros Samara, usando um vasto corpo documental dos Países Baixos, de c. 1300 a c. 1550, e focando-se num pequeno número de fenómenos paleográficos, procura mostrar que, através de uma análise quantitativa, se pode traçar cronologicamente a evolução da escrita e que o resultado desse trabalho pode ser usado como método de datação em fontes documentais ou em fontes literárias, escritas em letra cursiva, que não apresentam data.

A quinta e última secção, sobre “Práticas arquivísticas”, inclui cinco estudos. O primeiro, de Diego Belmonte Fernández, é dedicado a dois códices manuscritos complementares relativos à administração de capelas na catedral de Sevilha, produzidos no início do século XV, no contexto da construção da nova catedral. Valeria Van Camp escreve sobre os registos de contas da *massard* de Mons (Bélgica), entre 1308 e 1490, abordando a transição do uso de rolos (*rotulus*) para livros (*codex*); Tineke Van Gassen reflete sobre o papel dos cartulários de Gent (Bélgica) no desenvolvimento da consciência de uma identidade urbana; e Coraline Rey foca-se na conhecida figura de Jean de Cirey, abade de Cîteaux (1476-1501), e na reorganização que promoveu no cartório e na biblioteca da sua abadia, nomeadamente nas encadernações elaboradas para a documentação do cartório e para os manuscritos da biblioteca, para reforçar a ideia de que, na Idade Média, a fronteira entre estas duas entidades não era tão marcada como atualmente parece pela forma como costumam ser estudadas (separadamente). A obra termina com um texto em que Andrew T. Smith reflete sobre a produção de cartulários medievais a partir das falsificações registadas no cartulário da abadia de Kelso, na Escócia.

Em suma, a obra, de 432 páginas, suficientemente ilustradas, como é expectável em trabalhos de codicologia ou sobre manuscritos iluminados, constitui, como dissemos, um precioso contributo não só para o estudo dos documentos, na perspetiva da sua materialidade, mas permite, igualmente, aprofundar os conhecimentos sobre os escribas e a prática da escrita. Congrega estudos de grandes especialistas, com dezenas de anos de trabalho dedicados à codicologia, à paleografia e/ou à diplomática, com estudos de jovens investigadores, que apresentam aqui o resultado da investigação que desenvolveram nos seus projetos de doutoramento ou de pós-doutoramento, abrindo, assim, muitas vezes, novas perspetivas de abordagem aos documentos. Centrada na materialidade dos manuscritos (no seu sentido mais amplo), a obra sai valorizada pelo facto de reunir estudos sobre cartas e códices e de encorajar uma visão que não compartimenta as fontes manuscritas. O facto de todos os artigos serem apresentados em inglês revela uma clara intenção do(s) editor(es)

de fazer chegar o resultado do trabalho desenvolvido e os novos desafios daí decorrentes a um público (especializado) mais vasto, ultrapassando, assim, as barreiras linguísticas que as nove nacionalidades dos autores poderiam criar.

LUÍS MIGUEL RÊPAS

Universidade NOVA de Lisboa, FCSH, IEM

lrepas@gmail.com

<https://orcid.org/>



#37